



PRESTAÇÃO DE CONTAS

2016

**13. Notas ao Balanço e à
Demonstração de Resultados**

8.2 NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no POCAL – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais.

Entidade: Câmara Municipal de Odivelas

Gerência de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016

8.2.1. Não ocorreram derrogações ao POCAL neste exercício.

8.2.2. Comparabilidade

Património

Em 2012 iniciou-se o processo de inventariação do Património, tendo sido reflectidos na contabilidade o resultado dessa inventariação, cujos efeitos foram os seguintes (nas contas de 2012):

Rubricas das Demonstrações Financeiras	Ativo Bruto	Amortizações Acumuladas	Efeito na Conta 59	Efeito na Conta 57
Bens de Domínio Público:				
Terrenos e recursos naturais	-58.251.527,91		-58.251.527,91	
Edifícios	0,00		0,00	
Outras construções e infraestruturas	-140.339.546,90	12.829.343,40	-153.169.014,29	123,99
Bens património histórico, artístico e cultural	-1.596,15	3.450,00	-5.046,15	
Outros bens de domínio público	2.373.730,42	-447.393,71	2.821.124,13	
Imobilizações em curso	0,02		0,02	
Adiantamentos por conta de bens do domínio público	0,00		0,00	
	-196.218.940,52	12.385.399,69	-208.604.464,20	123,99
Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação	-4.000,00	-2.500,00	-1.500,00	
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00		0,00	
Propriedade Industrial e outros direitos	-286.600,45	-124.519,56	-162.080,89	
Imobilizações em curso	0,00		0,00	
Adiantamentos p/conta de imobilizações incorpóreas	0,00		0,00	
	-290.600,45	-127.019,56	-163.580,89	0,00
Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais	14.526.667,81		14.494.437,81	32.230,00
Edifícios e outras construções	157.708,02	-9.753.488,03	9.911.196,05	
Equipamento básico	2.779.783,90	2.969.722,83	-189.938,93	
Equipamento de transporte	-484.651,19	-358.924,04	-125.727,15	
Ferramentas e utensílios	-51.594,18	-56.138,82	4.544,64	
Equipamento administrativo	-4.361.983,48	-3.837.214,75	-524.768,73	
Taras e vasilhame	0,00		0,00	
Outras imobilizações corpóreas	1.292.928,15	1.300.834,58	-7.906,43	
Imobilizações em curso	0,00		0,00	
Adiantamentos p/conta de imobilizações corpóreas	0,00		0,00	
	13.858.859,03	-9.735.208,23	23.561.837,26	32.230,00
		2.523.171,90		32.353,99
Efeito Total	-182.650.681,94	2.523.171,90	-185.206.207,83	32.353,99

Durante o exercício de 2013 foi concluído o processo de reconciliação do inventário com registos prediais e matriciais, bem como com a informação disponível na DGOU relacionados com processos de cedência de terrenos dos vários alvarás emitidos do Município. Este trabalho foi desenvolvido pelo Gabinete de Gestão Patrimonial e de

Administração Geral do Município, do qual resultaram os seguintes ajustamentos na conta de Resultados Transitados (efeito líquido de 59.214.611 Euros):

RUBRICAS	ACTIVO BRUTO	AMORTIZAÇÕES ACUMULADAS
Bens de Domínio Público:		
Terrenos e recursos naturais	255.196,85	0,00
Edifícios	0,00	0,00
Outras construções e infra-estruturas	-81.200.983,78	-20.624.738,65
Bens património histórico, artístico e cultural	0,00	0,00
Outros bens de domínio público	69.362,79	31.213,26
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de bens do domínio público	0,00	0,00
	-80.876.424,14	-20.593.525,39
Imobilizações Incorpóreas:		
Despesas de instalação	0,00	0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento	0,00	0,00
Propriedade Industrial e outros direitos	84.955,75	84.955,73
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos p/conta de imobilizações incorpóreas	0,00	0,00
	84.955,75	84.955,73
Imobilizações Corpóreas:		
Terrenos e recursos naturais	-3.807.592,03	0,00
Edifícios e outras construções	6.803.586,02	1.919.928,68
Equipamento básico	0,00	0,00
Equipamento de transporte	0,00	0,00
Ferramentas e utensílios	0,00	0,00
Equipamento administrativo	36.355,37	37.028,55
Taras e vasilhame	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	-4.547,80	2.556,94
Imobilizações em curso	0,00	0,00
Adiantamentos p/conta de imobilizações corpóreas	0,00	0,00
	3.027.801,56	1.959.514,17
TOTAL	-77.763.666,83	-18.549.055,49

Em 2014 foi efectuado o levantamento por parte da DGOU das cedências / construções resultantes dos alvarás existentes, tendo para o efeito sido identificados montantes que foram corrigidos no módulo de património.

Para os bens em que não foram identificados os montantes de construção / cedências e os respectivos autos de recepção, foram desvalorizados para zero.

O efeito destas situações nas contas de Imobilizado e Fundos Patrimoniais foi um incremento de 13.883.890 Euros.

Em 2014 foi decisão do Município proceder-se à constituição de uma Comissão de Avaliação, a qual tinha como objectivo efetuar uma correta valorização para os bens que se encontravam valorizados a zero, tendo em conta o preconizado no POCAL para este efeito:

- Custo de aquisição ou custo de produção (ponto 4.1.1 do POCAL).
- Valor resultante de avaliação ou o valor patrimonial definidos nos termos da lei (ponto 4.1.4 do POCAL).
- Avaliação segundo critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens (ponto 4.1.4 do POCAL).
- Valor zero (ponto 4.1.4 do POCAL).

Durante o ano de 2016 a Comissão concluiu o seu trabalho de avaliação, tendo sido valorizadas as infraestruturas (rede viária municipal) que se encontravam com valorização zero, tendo por base os valores de construção existentes no departamento de Gestão e Administração Urbanística, Divisão de Licenciamentos de Obras (DGOU/DLOP) e resultante da emissão de alvarás de loteamento de urbanizações promovidos por promotores particulares.

A partir daquela base, obteve-se o valor da caução de cada alvará (fixado como o valor do orçamento para a sua

construção) e apurado um valor médio de construção de 26,11 €/m².

O efeito desta situação foi o seguinte nas demonstrações financeiras (em Euros):

● Aumento dos Bens de Domínio Público (valor bruto)	13.391.216,81
● Aumento das amortizações acumuladas	1.776.714,71
● Aumento das amortizações do exercício	669.560,93
● Variação positiva nos Resultados Transitados	12.284.063,03

8.2.3. Critérios Valorimétricos e Métodos de Cálculo

As demonstrações financeiras foram elaboradas com o objetivo de dar uma imagem verdadeira e apropriada da situação económica, financeira e patrimonial, aplicando os princípios de continuidade, consistência, especialização, custo histórico, prudência, materialidade e da compensação. A valoração dos ativos e passivos tem em conta os critérios valorimétricos, bem como os critérios e métodos específicos descritos.

Os registos contabilísticos tiveram por base os seguintes critérios valorimétricos, utilizados relativamente s várias rubricas do balanço e da demonstração de resultados:

• Imobilizações

As imobilizações estão valorizadas ao custo de aquisição / construção, quando o mesmo é conhecido. Nas situações em que não foi possível obter o custo de aquisição / construção, foram utilizados critérios técnicos adequados à natureza dos bens, conforme estabelecido no POCAL.

Assim, os critérios técnicos considerados foram os seguintes:

1. Em resultado do processo de inventariação do Património do Município, foram utilizados para a valorização dos bens imóveis os critérios abaixo apresentados, pela sua ordem:

- Valor patrimonial tributário;
- valor de € 492,00/m² com base na Portaria 16-A/2008, de 9 de janeiro, para construção;
- valor de € 570,30/m² com base na Portaria 1529-A/2008, de 26 de dezembro, para habitação social.

2. Existem ainda bens imóveis que estão reconhecidos ao justo valor, reportado a 19/12/2008, cuja avaliação foi efetuada por perito independente, existindo relatórios de avaliação a suportar os referidos montantes.

3. Para as infraestruturas (rede viária municipal) para os quais não foi possível obter o custo de construção, foram utilizados os dados das cações de cada um dos alvarás (igual aos orçamentos de construção) e apurado um valor médio de construção de 26,11 €/m² (assumido como critério técnico adequado à natureza dos bens de acordo com o

POCAL). Para os arruamentos mais recentes, foram utilizados os respetivos valores por m² em conformidade com os montantes das cações prestadas para a sua construção (valores representativos dos orçamentos de construção);

4. Para as doações, foram considerados os valores atribuídos pelos cedentes aos respetivos bens (maioritariamente obras de arte em que se considerou o respetivo preço de venda ao público).

● Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros (Partes de Capital) são relevados ao custo de aquisição.

• Existências

As existências são registadas ao custo de aquisição líquido de IVA, utilizando o custo médio ponderado como método de custeio das saídas de armazém.

● Dívidas de e a terceiros.

As dívidas de e a terceiros são expressas pelas importâncias constantes dos documentos apresentados.

• Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósito.

- **Acréscimos e Diferimentos**

Os proveitos e os custos foram registados à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos e constam nos respetivos exercícios económicos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

- **Proveitos - Rédito**

Os proveitos são mensurados pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber, deduzidos dos montantes estimados de devoluções, descontos e outros abatimentos.

Os rendimentos provenientes de impostos diretos e indiretos são reconhecidos quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento, com exceção do IMI, cujo reconhecimento corresponde ao valor do imposto referente ao ano anterior. Considera-se, neste matéria, que o Município não tem o controlo dos montantes recebidos, que que é a AT que cobra este imposto e procede à sua transferência para o Município.

Os proveitos provenientes da prestação de serviços são reconhecidos quando o direito é gerado, independentemente da data do seu recebimento.

Os proveitos provenientes da venda de bens são reconhecidos quando a entidade tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, a entidade não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens

vendidos, a quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada, seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade e os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados. Na maior parte dos casos, a transferência dos riscos e vantagens da propriedade coincide com a transferência do documento legal ou da passagem da posse para o comprador.

Os critérios e métodos utilizados:

- **Amortizações**

As amortizações são calculadas sobre o valor do custo de aquisição de acordo com as taxas previstas na Portaria 671/2000 – CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do estado. O método de Cálculo das amortizações do exercício é o das quotas constantes.

- **Provisões**

As provisões são constituídas pelos valores efetivamente necessários e estão associadas a perdas de valores de Ativos (para cobrança duvidosas).

Relativamente às provisões para riscos e encargos (contas de passivo), as mesmas refletem as responsabilidades da Câmara em processos judiciais em curso, para os quais existem fortes probabilidades de vir a ser condenada.



• Subsídios

Os subsídios recebidos para compartilhar os custos com a construção de imobilizado são reconhecidos no passivo, sendo transferidos para proveitos na proporção das amortizações dos referidos bens subsidiados.

Sempre que existe fortes probabilidades dos subsídios serem recebidos são efetuadas estimativas (com base nas faturas consideradas elegíveis no âmbito de cada projeto) e relevados no ativo (conta de devedores diversos) por contrapartida do passivo (subsídios ao investimento) ou proveitos operacionais (subsídios à exploração).

• Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associada a estimativas.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de proveitos e custos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data

das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vida útil do património
- Provisões das dívidas a receber
- Provisões para riscos e encargos
- Estimativa de Férias e Subsidio de Férias
- Proveitos a receber de projetos participados
- Subsídios a receber de terceiras entidades
- Taxas a receber de terceiros.

8.2.4. Não se aplica, em virtude de não se ter efectuado qualquer operação em moeda estrangeira.

8.2.5. Não se aplica.

8.2.6.

Na conta 43 – Imobilizado Incorpóreo não existem itens relativos a despesas de instalação e despesas de investigação e desenvolvimento.

8.2.7. Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, o movimento ocorrido nas rubricas do ativo imobilizado

constantes do balanço e nas respetivas amortizações e provisões, foi o de acordo com os seguintes quadros:

MAPA DO ATIVO BRUTO:

Rubricas	Saldo inicial	Regularizações	Aumentos	Alienações	Abates	Transferências	Doações	Saldo final
Bens de Domínio Público								
Terrenos e recursos naturais	11.576.016,76	-9.061,68	0,00					11.566.955,08
Edifícios	0,00							0,00
Outras construções e Infra-estruturas	59.567.740,04	13.391.216,81				170.541,85		73.129.498,70
Bens do património histórico, artístico e cultural	23.000,00							23.000,00
Outros bens de domínio público	3.183.896,79							3.183.896,79
Imobilizações em curso	0,00		170.541,85			-170.541,85		0,00
	74.350.653,59	13.382.155,13	170.541,85	0,00	0,00	0,00	0,00	87.903.350,57
Imobilizações Incorpóreas								
Despesas de instalação								0,00
Despesas de investigação e de desenvolvimento								0,00
Propriedade industrial e outros direitos	841.249,21	0	93.953,41	0,00	0,00			935.202,62
Imobilizações em curso		0,00	29.285,29		0,00			29.285,29
	841.249,21	0,00	123.238,70	0,00	0,00	0,00	0,00	964.487,91
Imobilizações Corpóreas								
Terrenos e recursos naturais	46.656.273,50	2.810.125,00	100.517,56	-29.300,00				49.537.616,06
Edifícios e outras construções	93.661.963,76	-53.588,98	413.462,14	-35.800,00		1.084.676,98		95.070.713,90
Equipamento básico	7.922.981,26		22.389,83		-139.045,60			7.806.325,49
Equipamento de transporte	2.541.084,13		29.950,22	-59.653,26	-111.070,22			2.400.310,87
Ferramentas e utensílios	168.566,60		4.115,64					172.682,24
Equipamento administrativo	3.149.209,02		283.850,11		-72.999,98			3.360.059,15
Taras e vasilhame	0,00							0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.685.905,83		115.885,40		-1.646,99		139.337,00	1.939.481,24
Imobilizações em curso	27.402,28		1.057.274,70			-1.084.676,98		0,00
	155.813.386,38	2.756.536,02	2.027.445,60	-124.753,26	-324.762,79	0,00	139.337,00	160.287.188,95
Investimentos Financeiros								
Partes de Capital	1.580.606,44							1.580.606,44
Obrigações e títulos de participação	3.078.068,01							3.078.068,01
	4.658.674,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.658.674,45
Total	235.663.963,63	16.138.691,15	2.321.226,15	-124.753,26	-324.762,79	0,00	139.337,00	253.813.701,88

MAPA DAS AMORTIZAÇÕES E PROVISÕES:

Rubricas	Saldo Inicial	Amortizações Exercício	Diminuições	Regularizações	Saldo Final
De Bens de Domínio Público					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios					
Outras Construções e Infra-Estruturas	26.784.062,53	3.701.892,53		1.107.153,78	31.593.108,84
Bens do património Histórico, Artístico e Cultura	8.050,00	1.150,00			9.200,00
Outros Bens de Domínio Público	1.244.755,68	152.628,29			1.397.383,97
Total Imobilizações Incorpóreas	28.036.868,21	3.855.670,82	0,00	1.107.153,78	32.999.692,81
De imobilizações Incorpóreas					
Despesas de Instalação	0,00				0,00
Despesas de Investigação e Desenvolvimento	0,00				0,00
Propriedade Industrial e Outros Direitos	725.846,12	112.913,43			838.759,55
Imobilizações em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas	0,00				0,00
Total Imobilizações Incorpóreas	725.846,12	112.913,43	0,00	0,00	838.759,55
De imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	0,00				0,00
Edifícios e Outras const.	12.549.721,00	1.572.142,67	-3.580,00	-8.807,25	14.109.476,42
Equipamento básico	7.812.863,78	30.654,98	-139.045,60		7.704.473,16
Equipamento de transporte	2.430.198,88	58.505,32	-170.723,48		2.317.980,72
Ferramentas e utensílios	156.233,36	4.013,27			160.246,63
Equipamento administrativo	2.396.691,95	292.264,53	-72.890,95		2.616.065,53
Taras e Vasilhame	0,00				0,00
Outras imobilizações corpóreas	1.608.564,37	47.639,85	-1.646,99		1.654.557,23
Imobilizações em curso	0,00				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	0,00				0,00
Total Imobilizações Corpóreas	26.954.273,34	2.005.220,62	-387.887,02	-8.807,25	28.562.799,69
Total	55.716.987,67	5.973.804,87	-387.887,02	1.098.346,53	62.401.252,05

8.2.8. Desagregação das rubricas dos mapas atrás referidos.

Os intervalos das taxas de Amortização aplicadas às rubricas dos mapas antecedentes são os seguintes:

Conta	Descrição	Taxas de Amortização (intervalo)
42.2	Edifícios e Outras Construções	0% - 20%
42.3	Equipamento Básico	0% - 100%
42.4	Equipamento de Transporte	7,14% - 100%
42.5	Ferramentas e Utensílios	7,14% - 100%
42.6	Equipamento Administrativo	0% - 100%
42.9	Outras Imobilizações Corpóreas	0% - 100%
43.3	Propriedade Industrial e Outros Direitos	33,33% - 100%
45.3	Outras Construções e Outras Infraestruturas	0% - 5%
45.5	Bens do Património Histórico, Artístico e Cultural	5%

8.2.9. Não foram capitalizados custos relativos as empréstimos bancários contraídos para suportar a construção de imobilizados.

8.2.10. Não se aplica.

8.2.11. Não se registaram reavaliações. Os efeitos do processo de inventariação foram todos reconhecidos por contrapartida da conta de Resultados Transitados.

8.2.12. Os bens de Imobilizado sem valorização estão disponíveis para consulta no dossier do Património. São bens relacionados com Escolas que foram cedidas pelo Ministério de Educação bem como todo o equipamento administrativo nelas existentes.

Em 2015 existiam bens de domínio público (rede viária municipal) que não se encontram valorizados pois não tinha sido possível ao Município determinar um valor adequado

para a sua valorização, segundo critérios técnicos que se adequem à sua natureza.

Tal como referido na Nota 8.2.2 e 8.2.3 acima, a Comissão que foi constituída para determinar este valor unitário de construção concluiu o seu trabalho em 2016, tendo sido apurado um custo de construção médio de 26,11 Euros / m², baseado no valor das cauções prestadas nos alvarás de construção para os arruamentos.

Este facto originou um incremento no ativo bruto de 13.391.216,81 Euros, nas amortizações acumuladas de 1.776.714,71 Euros, das amortizações do exercício de 669.560,93 Euros e dos Resultados Transitados de 12.284.063,03 Euros.

8.2.13. Não se aplica.

8.2.14. Não se aplica.

8.2.15. Bens de Domínio Público que não são objeto de amortização

Ver 8.2.12 acima.

8.2.16. Investimentos Financeiros.

Os capitais próprios das participadas a 31/12/2016 são os seguintes:

DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE	CAPITAL SOCIAL EM 2016	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL EM 2016	PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL SOCIAL EM 2015	%	CAPITAIS PRÓPRIOS EM 2016	RESULTADO LÍQUIDO EM 2016	CAPITAIS PRÓPRIOS EM 2015	RESULTADO LÍQUIDO EM 2015
Águas de Lisboa e Vale do Tejo, S.A	167.807.560,00	1.354.500,00	1.354.500,00	1	357.370.309,02	15.788.760,06	342.248.130,24	15.089.817,20
Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, SA	50.000,00	24.500,00	24.500,00	49	49.772,88	-11.009,47	60.782,35	31.508,65
VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A	25.200.000,00	201.606,44	201.606,44	1	57.078.996,78	6.450.331,00	76.652.492,70	5.232.729,00
Serviços Intermunicipalizados de Águas e Resíduos dos municípios de Loures e Odivelas	12.032.052,00	0,00	0,00	0	42.363.357,06	1.122.819,46	41.240.538,00	1.832.517,00
TOTAL	205.089.612,00	1.580.606,44	1.580.606,44		456.862.435,74	23.350.901,05	460.201.943,29	22.186.571,85

Partes Relacionadas

Odivelas Viva - Construção e Manutenção de Equipamentos, S.A. - trata-se de uma sociedade anónima onde o Município detém 49% do seu capital.

Nesta data as contas da empresa não estavam ainda aprovadas em Assembleia Geral. Contudo, a Câmara mantém uma provisão para investimentos financeiros no montante da sua participação no capital social.

Em 18 de Setembro de 2009 foi celebrado com a Odivelas Viva, S.A. um contrato de constituição de um direito de superfície de 2 imóveis do Município pelo prazo de 25 anos a seu favor. Este contrato tem como finalidade a concepção, implementação, desenvolvimento, construção, manutenção, conservação e exploração de Escola do Ensino Básico do 1º ciclo e jardim-de-infância do Casal dos Apréstimos e de um Pavilhão Municipal de Odivelas. Nesse mesmo contrato, o Município aceitou tomar de arrendamento ambos os imóveis a construir, pelo prazo de 23 anos e 6 meses mediante o

pagamento de rendas. Para a concretização destes projetos, a ODIVELASVIVA, S.A contraiu junto da CGD um financiamento até ao montante de 22,592 milhões de Euros, bem como um financiamento de apoio à tesouraria de 500.000,00 Euros. Como garantia do financiamento, e tal como referido no contrato, foi entregue à CGD uma Carta Conforto emitida pelo Município e hipotecados os direitos de superfície supram identificados, abrangendo todas as construções e benfeitorias que existam e venham a existir nos prédios.

O contrato de arrendamento do Pavilhão Multiusos foi assinado em 26 de Junho de 2012, com a produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e termino em 17 de Setembro de 2036, tendo sido fixada renda anual de 1.064.450,04 Euros, sendo atualizada anualmente à taxa de 2%.

Quanto à escola EB1 / JI do casal dos Apréstimos, o contrato de arrendamento foi assinado em 26 de Junho de 2012, com

a produção de efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2012 e termino em 17 de Setembro de 2036, tendo sido fixada renda anual de 680.550 Euros, sendo atualizada anualmente à taxa de 2%.

Contudo, em 31 de Dezembro de 2016 a exploração do Pavilhão Multiusos encontra-se internalizado no Município de Odivelas (desde 2014).

O Município tem ainda uma participação financeira de 0,54% do capital social da VALORSUL - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e Oeste, S.A.

Esta aquisição foi aprovada pela Assembleia Municipal na 12ª Sessão extraordinária realizada a 31 de Julho de 2013.

Relativamente à participação que o Município detém na "Águas de Lisboa e Vale do Tejo", representa 0,81% do seu capital social, correspondendo ao valor de 1.354.500€.

Em 2014, foi efetuado o ACORDO DE GESTÃO DOS SERVIÇOS INTERMUNICIPALIZADOS DE LOURES E ODIVELAS (SIMAR).

Os SIMAR de Loures e Odivelas são um serviço público não personalizado, de interesse local, dotado de autonomia técnica, administrativa e financeira e geridos sob a forma empresarial, no quadro da organização intermunicipal, inscrevendo-se na administração direta dos respetivos municípios.

Os SIMAR não têm qualquer participação dos municípios.

Contudo, a cláusula 4 está definido que, em termos de distribuição de perdas e resultados positivos e imputação de empréstimos, para efeitos do disposto no artigo 16.º, n.º 4 e 17.º, n.º 2, da Lei n.º 50/2012, de 31/08, os Outorgantes acordam que a distribuição e/ou imputação será efetuada a cada um dos municípios com base no número de clientes existentes em 31/12/2013 nos seguintes termos e condições percentuais:

- Município de Loures - 95.757 clientes, a que corresponderá 57%;
- Município de Odivelas - 72.259 clientes, a que corresponderá 43%.

O Município é ainda associado da Área Metropolitana de Lisboa.

As transações e saldos existentes no ano de 2016 com estas entidades são os seguintes:

SALDOS:

Saldos	DEVEDORES		CREDORES	
	Conta POCAL	Valor	Conta POCAL	Valor
Águas de Lisboa e Vale do Tejo			22	409.881,93
Odivelas Viva				0,00
Valorsul			22	8.981,83
SIMAR			22	127.468,83
Total				546.332,59

TRANSAÇÕES:

Transações	CUSTOS E PERDAS		PROVEITOS E GANHOS	
	Conta POCAL	Valor	Conta POCAL	Valor
Águas de Lisboa e Vale do Tejo	62	4.780.837,56		
	65	115.303,44		
Sub - Total		4.896.141,00		
Odivelas Viva	62	2.148.199,20		
Sub - Total		2.148.199,20		
Valorsul	62	82.785,88		
	65	23.689,44	78	27.189,00
Sub - Total		106.475,32		27.189,00
SIMAR	62	977.233,31		
	65	330.869,01	78	4.935.676,71
Sub - Total		1.308.102,32		4.935.676,71
Total		8.458.917,84		4.962.865,71

Na conta de investimentos financeiros está ainda relevada a subscrição de unidades de participação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de Agosto, no montante de 3.078.068 Euros.

Nos termos do artigo 19º da referida Lei, a realização do capital decorrerá nos próximos 7 anos, com início em 2015 (no montante de 440 milhares de Euros), através de duas prestações anuais a ocorrer nos meses de Junho e Dezembro.

Foi emitida uma Nota Explicativa por parte do SATAPOCAL, a qual preconizou o reconhecimento, já em 2014, da subscrição das Unidades de Participação, por contrapartida de um passivo, reflectido na conta de Outros Credores, o qual não releva para efeitos de endividamento, nos termos do n.º 1 do artigo 52º da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro.

8.2.17. Não se aplica

8.2.18. Não se aplica

8.2.19. Não se aplica

8.2.20. Não se aplica

8.2.21. Não se aplica

8.2.22. Em 31 de Dezembro de 2016, as dívidas de Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa que se encontram incluídas em dívidas a receber ascendem a 290.414,47 Euros, encontrando-se totalmente provisionadas.

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE COBRANÇA DUVIDOSA	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
Clientes, Contribuintes e Utentes de Cobrança Duvidosa	306.335,08	22.362,49	38.283,10	290.414,47
TOTAL	306.335,08	22.362,49	38.283,10	290.414,47

8.2.23. Dívidas – Pessoal (ativas e passivas).

As rubricas de pessoal, decompõem-se da seguinte forma:

DÍVIDAS PESSOAL	2016	2015
Cauções do pessoal	1.441,70	1.441,70
Adiantamentos ao Pessoal	-593,75	-593,75
Internalização da Municipalidade	300,00	300,00
TOTAL	1.147,95	1.147,95

As Dívidas Ativas respeitantes ao Pessoal da Autarquia são de 593,75 Euros.

Relativamente às Dívidas Passivas de Pessoal, salienta-se que o montante de 1.441,70 Euros referente a "Cauções do Pessoal" corresponde aos créditos de depósitos de

garantia/cauções do pessoal relativo ao exercício de funções de manuseamento de valores, determinados por lei.

8.2.24. Não se aplica.

8.2.25. Dívidas ao Estado e Outros Entes Públicos em mora.

Não existem débitos ao Estado e Outros Entes Públicos cujo pagamento esteja em mora. No entanto, a 31 de Dezembro de 2016, a rubrica “Estado e Outros Entes Públicos”, reflete um saldo credor de 329.777,97 Euros e decompõe-se da seguinte forma:

ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	2016	2015
Retenção de Imposto sobre o rendimento	175.598,69	177.622,90
Iva a pagar	18.443,46	12.861,94
Caixa Geral de Aposentações	102.912,37	103.565,69
ADSE	0,00	-136,70
Segurança Social	32.741,66	30.846,55
Serviços de Assistência Médica	81,79	113,19
TOTAL	329.777,97	324.873,57

O saldo devedor, no valor de 10.026 Euros, corresponde a IVA a recuperar.

8.2.26. A desagregação das responsabilidades dos fundos caucionados por fornecedores de imobilizado e credores

diversos encontra-se discriminado no mapa de operações de tesouraria.

Para 2017 transita um valor de fundos caucionados de 16.621.215,92 Euros, resultante de um saldo inicial de 16.424.711,06 Euros a que acresceu a prestação de 699.209,69 Euros e a liberação de Garantias/Cauções no montante de 895.714,55 Euros.

DESAGREGAÇÃO DAS CONTAS DE ORDEM	SALDO DE GERÊNCIA ANTERIOR		MOVIMENTO ANUAL		SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE	
	DEVEDOR	CREADOR	DEVEDOR	CREADOR	DEVEDOR	CREADOR
Garantias e cauções	16.424.711,06	0,00	699.209,69	895.714,55	16.621.215,92	0,00
Cauções de Empreitadas	444.922,03	0,00	127.960,85	133.452,54	450.413,72	0,00
Cauções de Prestações de Serviços	8.324,90	0,00	0,00	0,00	8.324,90	0,00
Garantias Bancárias	15.971.464,13	0,00	571.248,84	762.262,01	16.162.477,30	0,00
Recibos para Cobrança	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	16.424.711,06	0,00	699.209,69	895.714,55	16.621.215,92	0,00

8.2.27. Os movimentos nas rubricas de provisões, durante o exercício de 2016 foram os seguintes:

PROVISÕES	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
19 - Provisões para aplicações de tesouraria	0,00	0,00	0,00	0,00
291 - Provisões para cobranças duvidosas	608.009,62	124.012,03	28.154,39	703.867,26
292 - Provisões para riscos e encargos	2.197.237,35	33.363,68	910.789,09	1.319.811,94
39- Provisões para depreciação de existências	0,00	0,00	0,00	0,00
49- Provisões para investimentos financeiros	24.500,00	0,00	0,00	24.500,00
TOTAL	2.829.746,97	157.375,71	938.943,48	2.048.179,20

As provisões para cobrança duvidosa registadas têm por base 100% do valor das dívidas constantes na conta 21.8 – Clientes, Contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

Neste exercício foram revertidas provisões, no valor de 28.154,39 Euros relacionadas maioritariamente com a anulação de saldos com habitação social.

O aumento do montante da conta “Provisões para cobrança duvidosa” deve-se à provisão efetuada maioritariamente referente às dívidas de Outros Devedores, no montante de 124.012,03 Euros.

O valor acumulado de provisões para riscos e encargos até 2016 cifra-se em 1.319.811,94 Euros (2015: 2.197.237,35 Euros) e respeita a riscos e encargos associados a processos judiciais onde a Câmara Municipal de Odivelas é ré.

Esta provisão teve um reforço de 33.363,68 Euros em 2016, relacionado com novos processos e a atualização de juros que estão a ser exigidos em alguns dos processos e uma redução de 910.789,09 Euros, decorrente da absolvição do Município num dos processos cujo valor em causa era de 880.000 Euros, tendo sido estabelecido acordo com os autores num valor próximo dos 70 mil Euros (incluindo juros e custas judiciais).

No âmbito do apoio à instalação de novos municípios, definida na Lei 142/85 e na Lei 48/99, o Município de Odivelas peticionou uma ação administrativa comum sob a forma ordinária à Presidência do Conselho de Ministros no montante de 18.319.767,91 Euros. Este valor não se encontra relevado no Balanço do Município por se considerar um ativo contingente.

8.2.28. Fundo Patrimonial.

O Fundo Patrimonial apresentava um saldo inicial de 131.617.662,53 Euros, relativo a Património, Reservas Legais e Resultados Transitados. Os movimentos ocorridos na classe 5 foram os seguintes:

Incremento da conta 57.1 – Reservas Livres, decorrente da aplicação de resultado líquido de 2015;

Incremento na conta 57.6 – Doações, decorrente do reconhecimento de património que havia sido cedido em anos anteriores e não se encontrava relevado nas demonstrações financeiras;

Incorporação de 7.435.466,50 Euros do Resultado Líquido do exercício de 2015, na conta 59.1 – Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos;

Aumento na conta 59.2 – Regularizações de inventariação do património, no valor de 15.040.344,62 Euros.

FUNDO PATRIMONIAL	SALDO INICIAL	AUMENTOS	DIMINUIÇÕES	SALDO FINAL
51.1 - Património CMO	318.430.575,44	0,00	0,00	318.430.575,44
51.2 - Património Municipália	867.473,14	0,00	0,00	867.473,14
57.1 - Reservas Legais	1.876.873,78	391.340,34	0,00	2.268.214,12
57.4 - Reservas Livres	0,00	0,00	0,00	0,00
57.6 - Doações	121.123,84	139.337,00	0,00	260.460,84
59.1 - Resultados Transitados provenientes dos resultados líquidos	42.111.217,06	7.435.466,50	0,00	49.546.683,56
59.2 - Resultados Transitados provenientes de regularizações de inventariação do património	-230.536.928,87	16.352.586,13	1.312.241,51	-215.496.584,25
59.3 - Regularizações efetuadas aos projetos comparticipados	-296.428,87	0,00	0,00	-296.428,87
59.4 - Saldos Finais da Municipália	-1.733.565,65	0,00	0,00	-1.733.565,65
88 - Resultado Líquido	7.826.806,84	6.330.967,41	7.826.806,84	6.330.967,41
TOTAL	138.667.146,71	30.649.697,38	9.139.048,35	160.177.795,74

A variação da conta 59.2 representa todas as regularizações que têm vindo a ser efetuadas ao Património inicial do Município, não tendo sido relevada a correção na conta 51 – Património, mas fazendo-a refletir na conta 59 – Resultados Transitados.

A correção efetuada este ano resulta do trabalho de valorização da rede viária municipal (bens de domínio público), cujo custo de construção / cedência não era conhecido, estando valorizados a zero.

Tal como foi já referido na nota 8.2.2, foram obtidos os montantes das cauções de cada um dos alvarás (que correspondem aos custos de construção orçamentados) e apurado um valor médio de construção de 26,11 Euros/m².

Esta avaliação cumpre critérios técnicos que se adequem à natureza dos bens, conforme estabelecido no ponto 4.1.4 do POCAL.

Foi com base neste valor que foram valorizados os arruamentos que se encontravam com valor patrimonial nulo.

O efeito em resultados transitados, no valor líquido de 15.040.344,62 Euros, resulta da correção do ativo bruto e das respetivas amortizações acumuladas.

Segundo os engenheiros civis que constituíam a Comissão de avaliação, as redes viárias agora valorizadas, assumindo a sua manutenção regular, terão uma vida útil de 20 anos a contar deste ano de 2016.

Desta forma, é convicção que todos os ajustamentos necessários, e materialmente relevantes, no Património do Município já se encontram relevados.

8.2.29. Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas.

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	2016	2015
		MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
32/36 - Existências Iniciais	0,00	83.953,18	85.195,43
312/316 - Compras	0,00	27.112,36	23.584,62
38 - Regularizações de Existências	0,00	-49,27	-5.906,39
32/36 - Existências Finais	0,00	83.946,21	83.953,18
612/616 - Custo do Exercício	0,00	27.070,06	18.920,48
CMVMC = EI+C+/-REG-EF	0,00	27.070,06	18.920,48

8.2.30. Não se aplica.

8.2.31. Demonstração de Resultados Financeiros.

O quadro abaixo visa apurar os ganhos ou perdas financeiras do Município de Odivelas, ou seja, os custos suportados pela utilização de recursos financeiros e os proveitos resultantes de aplicações financeiras de curto, médio e longo prazo.

Verifica-se um decréscimo muito significativo nos juros suportados, em resultado da redução do prazo médio de pagamento aos fornecedores. Consequentemente houve numa redução significativa dos juros de mora e compensatórios debitados pelos fornecedores.

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2016	2015			2016	2015
681	Juros suportados	120.051,84	421.315,46	781	Juros obtidos	3.264,09	12.592,74
682	Perdas em entidades participadas	0,00	0,00	782	Ganhos em entidades participadas	0,00	0,00
683	Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00	783	Rendimentos de imóveis	6.918.798,53	6.529.841,94
684	Provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00	784	Rendimentos de participações de capital	27.189,00	22.605,39
685	Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00	785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
686	Descontos P.P Concedidos	0,00	0,00	786	Descontos de pronto pagamento obtidos	163,81	71,87
687	Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00	787	Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	972,32	1.140,51	788	Outros proveitos e ganhos financeiros	0,00	0,00
	RESULTADOS FINANCEIROS	6.828.391,27	6.142.655,97				
		6.949.415,43	6.565.111,94			6.949.415,43	6.565.111,94

O montante de 6.918.798,53 Euros na rubrica 783 – Rendimentos de Imóveis é resultante das rendas de concessão pagas pela EDP, nos termos da Portaria n.º 437/2001, de 28 de Abril e das receitas de águas residuais (tarifa fixa – conceito 21 e Tarifa variável – conceito 26) cobradas aos municípios de Odivelas, bem como o débito das rendas pagas pelos SIMAR referentes a redes de saneamento de águas residuais.

Na conta 784 está refletido o valor recebido, a título de distribuição de reservas livres, no ano de 2016 da ValorSul,

O montante refletido na rubrica na rubrica 688 – Outros custos e perdas financeiras resulta de custos com serviços bancários.

8.2.32. Demonstrações dos Resultados Extraordinários.

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
		2016	2015			2016	2015
691	Transferências de capital concedidas	3.798.781,75	3.460.465,39	791	Restituições de impostos	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	63.103,93	792	Recuperação de dívidas	0,00	0,00
693	Perdas em existências	18,76	181,09	793	Ganhos em existências	615,87	0,15
694	Perdas em imobilizações	109,03	474.497,17	794	Ganhos em imobilizações	0,00	0,00
695	Multas e penalidades	900,00	256,84	795	Benefícios de penalidades contratuais	1.532.720,96	443.253,03
696	Aumentos de amortizações e provisões	0,00	0,00	796	Reduções de amortizações e provisões	939.461,71	1.836.233,75
697	Correcções relativas a exercícios anteriores	3.636,83	95.937,66	797	Correcções relativas a exercícios anteriores	197.945,30	33.670,31
698	Outros custos e perdas extraordinários	362.486,63	139.395,39	798	Outros proveitos e ganhos extraordinários	655.083,99	1.246.062,42
RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		-840.105,17	-674.617,81				
		3.325.827,83	3.559.219,66			3.325.827,83	3.559.219,66

Os resultados extraordinários registaram um valor negativo de 840.105,17 Euros.

O valor relevado em transferências de capital resulta dos protocolos de cooperação com as Juntas de Freguesia e entidades terceiros do Concelho a quem o Município efetuou transferências no âmbito das suas competências.

	ANO 2016	ANO 2015
Freguesias	3.682.142,09	3.378.364,11
Colectividades	90.260,71	60.000,00
Bombeiros	26.378,95	22.101,28
TOTAL	3.798.781,75	3.460.465,39

O valor reconhecido em outros custos e perdas extraordinários está relacionado com indemnizações pagas às entidades INDAQUA e AQUALIA, nos termos da deliberação Camarária de 3 de Março de 2016.

Em termos de proveitos, o valor das reversões de provisão ascende a 939.461,71 Euros, resultante do acordo que ocorreu com os autores de um dos processos cujo valor da ação passou de 880.000 Euros para aproximadamente 70 000 Euros.

O valor reconhecido em benefícios de penalidades contratuais resulta dos juros de mora recebidos já em 2017 relacionados com juros de mora de impostos municipais retidos pela administração tributária, de anos anteriores.

Do montante relevado em outros proveitos e ganhos extraordinários, cerca de 554.130,95 Euros refere-se à transferência da rubrica de Proveitos Diferidos relativos a

subsídios ao investimento, na proporção das respetivas amortizações dos bens.

8.2.33. Outras Informações consideradas relevantes.

➤ Responsabilidades de curto prazo

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar imobilizações encontram-se identificados no mapa de empréstimos.

A 31 de Dezembro de 2016, a Dívida com os Empréstimos Bancários de Médio e Longo Prazo totaliza 13.484.872,69 Euros, sendo que as responsabilidades de curto prazo são de 3.526.000,52 Euros, conforme quadro seguinte:

ENTIDADE	MONTANTE DO EMPRÉSTIMO	SALDO EM 31.12.2016	PREVISÃO DOS ENCARGOS FINANCEIROS PARA O PRÓXIMO ANO		
			AMORTIZAÇÃO	JUROS REMUNERATÓRIOS	
				TOTAL	
Caixa Geral de Depósitos	40.253.370,09	10.288.961,85	2.735.879,15	24.037,08	2.759.916,23
Banco Português de Investimento	10.628.875,00	1.096.205,96	708.529,75	2.001,35	710.531,10
Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana	2.758.173,00	2.099.704,89	81.591,62	16.687,56	98.279,18
TOTAL	53.640.418,09	13.484.872,70	3.526.000,52	42.725,99	3.568.726,51

➤ Dívidas de Terceiros

Em 31 de Dezembro de 2016, as Dívidas de Terceiros têm a seguinte composição:

DÍVIDAS DE TERCEIROS DE CURTO PRAZO	2016	2015
Clientes C/C	48.079,88	44.816,34
Contribuintes C/C	1.992.861,54	1.718.390,07
Multas, Coimas e Outras Penalidades	12.229,00	11.304,00
Loteamento e Obras	1.979.730,69	1.706.876,73
Outros	901,85	209,34
Utentes C/C	52.496,50	55.501,27
Serviços Específicos das Autarquias	1.839,23	1.854,19
Rendas e Alugueres	46.914,42	46.609,68
Outros Utentes	3.742,85	7.037,40
Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	290.414,47	306.335,08
Estado e outros entes públicos	10.026,02	10.026,02
Outros Devedores	1.787.093,74	1.429.626,02
TOTAL	4.180.972,15	3.564.694,80

O saldo da rubrica Contribuintes c/c, no montante de 1.992.861,54 Euros, refere-se aos valores devidos ao Município de aplicação de coimas e custas de processos de contra-ordenação e de loteamento de obras.

O saldo devedor com os Utentes c/c corresponde às receitas devidas a rendas de habitação social e alugueres de pavilhões desportivos (52.496,50 Euros).

O saldo devedor de 1.787.093,74 Euros respeita, essencialmente, ao seguinte:

- Verbas a receber da DGESTE - 435.980,46 Euros
- Às rendas devidas pela empresa EDP – Serviço Universal, S.A no âmbito do contrato de concessão no montante de 380.816 Euros;
- Valor a receber dos SIMAR, no valor de 410.114,07 Euros;

Dividas a Terceiros de Curto Prazo.

Os valores das dívidas a terceiros decompõem-se, da seguinte forma:

DÍVIDAS A TERCEIROS A CURTO PRAZO	2016	2015
Fornecedores C/C	824.366,55	2.887.027,00
Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	2.345.533,38	2.553.211,07
Fornecedores de Imobilizado C/C	68.987,19	34.072,35
Estado e Outros Entes Públicos	329.777,97	324.873,57
Outros Credores	3.435.628,57	3.763.198,41
TOTAL	7.004.293,66	9.562.382,40

Existe uma redução significativa de 2015 para 2016 da dívida de fornecedores decorrente da liquidação dos montantes em dívida relacionados com a cedência de créditos das dividas

das Águas de Lisboa e Vale do Tejo, à Caixa Geral de Depósitos.

Em 31 de dezembro de 2016 os saldos mais relevantes incluídos na rubrica de fornecedores c/c são os seguintes:

- SIMTEJO no montante de 528.552,22 Euros
- EDP Comercial, 43.890,51 Euros
- Rodoviária de Lisboa, 37.932,10 Euros

Na rubrica “Fornecedores – Faturas em recepção e conferência”, os principais saldos que decompõem o montante em aberto a 31 de Dezembro de 2016, são os seguintes:

- EDP Serviço Universal, SA, no valor de 514.570,83 Euros;
- Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, no valor de 409.881,93 Euros;
- Operandus – Limpeza profissional, no valor de 119.704,18 Euros
- Constradas, S.A., no valor de 108.640,48 Euros
- SIMAR, no valor de 105.901, 24 Euros.

O saldo da rubrica Outros Credores, no montante de 3.435.628,57 Euros, respeita essencialmente ao Fundo de Apoio Municipal – 2.198.620,01 Euros e uma dívida às Estradas de Portugal, no valor de 622.512,19 Euros.

Acréscimos e Diferimentos Ativos

De acordo com o princípio de especialização do exercício, o Município de Odivelas contabilizou em Acréscimos e Diferimentos o seguinte:

SALDOS DEVEDORES	2016	2015
271 - Acréscimos de Proveitos		
Juros a Receber	150,00	5.831,82
Outros Acréscimos de Proveitos	4.087.264,47	3.268.357,94
Sub - Total	4.087.414,47	3.274.189,76
272 - Custos Diferidos		
Assistência Técnica	0,00	1.164,40
Seguros	31.897,14	30.618,12
Outros Custos Diferidos	414.422,66	129.874,47
Sub - Total	446.319,80	161.656,99
TOTAL	4.533.734,27	3.435.846,75

Em Acréscimos de Proveitos, os principais movimentos considerados neste saldo são:

- Especialização de IMI, IUC, IMT e Derrama, de Dezembro mas recebidos em Janeiro de 2017 – 2.443.001,80 Euros;
- Especialização da receita do SIMAR relativa a Dezembro de 2016 – 411.974,25 Euros;
- Proveitos da LisboaGás - taxa de ocupação do subsolo – 376.032 Euros;
- Especialização das F + SF a receber da DREL – Pessoal não Docente – 671.118,23 Euros.

A rubrica *Outros Custos Diferidos* inclui 323.756,20 Euros relacionados com pagamentos antecipados do Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) 2ª tranche ano lectivo 2016/2017 (referentes a Jan-Março de 2017) e Programa das Atividades de Animação e de Apoio à Família na Educação Pré-escolar - 2ª tranche (Janeiro a Março) - Ano lectivo 2016/2017.

Acréscimos e Diferimentos Passivos

SALDOS CREDORES	2016	2015
273 - Acréscimos de Custos		
Seguros a Liquidar	0,00	7.872,76
Remunerações a Liquidar	3.061.422,48	3.024.987,77
Juros a Liquidar	3.855,47	391.304,85
Assistência Técnica	172,11	24.691,88
Outros Acréscimos de Custos	1.803.419,90	1.485.457,69
Sub - Total	4.868.869,96	4.934.314,95
274 - Proveitos Diferidos		
Subsídios ao Investimento	20.050.193,87	20.604.324,82
Outros Proveitos Diferidos	42.127,99	35.296,93
Sub - Total	20.092.321,86	20.639.621,75
TOTAL	24.961.191,82	25.573.936,70

O saldo da conta 27.3 – Acréscimos de custos inclui essencialmente:

- 3.061.422,48 Euros de remunerações e os respetivos encargos s/remunerações, referente a Férias e subsídio de Férias a liquidarem em 2017;
- 1.803.419,90 Euros relativos a outros custos incorridos em 2016, cuja fatura só deu entrada nos Serviços em 2017.

Na conta 27.4 – Proveitos Diferidos, estão incluídos os subsídios para investimento, no montante de 20.050.193,87 Euros, atribuídos à autarquia, no âmbito do Quadro Comunitário de Apoio, os quais estando associados a ativos, são reconhecidos na conta “79.8.3 – Proveitos e ganhos extraordinários – transferências de capital”, de forma consistente e proporcional com as amortizações dos bens subsidiados.

Prazo Médio de Pagamento

O Prazo Médio de Pagamentos é de 39 dias (2015: 108 dias).

Mapa do Endividamento

Demonstração do cálculo dos limites da dívida total municipal para 2016		2016
1	Receita corrente bruta em 2013	54.881.468,77
2	Reembolsos e restituições pagas em 2013	630.624,42
3	Receita corrente líquida em 2013	54.250.844,35
4	Receita corrente bruta em 2014	64.102.467,07
5	Reembolsos e restituições pagas em 2014	563.984,90
6	Receita corrente líquida em 2014	63.538.482,17
7	Receita corrente bruta em 2015	64.351.047,71
8	Reembolsos e restituições pagas em 2015	271.789,43
9	Receita corrente líquida em 2015	64.079.258,28
10	Média da Receita corrente líquida cobrada em 2013/2014/2015	60.622.861,60
11	Limite de Endividamento	90.934.292,40
Situação da dívida total municipal a 31 de Dezembro de 2016		
1	Total das dívidas a terceiros de médio e longo prazo de operações orçamentais	13.484.872,69
2	Total das dívidas a terceiros de curto prazo de operações orçamentais	8.867.340,83
3	Total da dívida de operações orçamentais	22.352.213,52
4	Total da dívida das entidades participadas de operações orçamentais	24.563.647,28
5	Total da dívida de operações orçamentais	46.915.860,80
Situação face aos limites		
Dívida total - Margem		44.018.431,60

Saldo De Disponibilidades

Disponibilidades	2016	2015
Caixa	1.467,80	1.410,10
Depósitos Bancários	7.463.762,85	7.593.739,44
TOTAL	7.465.230,65	7.595.149,54